

Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade

(Intergenerational pshychic transmission in the contemporary world)

Andrea Seixas Magalhães*
Terezinha Féres-Carneiro**

Resumo

No presente trabalho, discutimos o conceito de transmissão psíquico-geracional e sua importância para a compreensão dos processos de subjetivação na contemporaneidade. Analisamos o conceito de transmissão psíquica na obra freudiana e, com base na literatura psicanalítica de família, destacando o papel da família como intermediária no processo de transmissão. A família é considerada matriz intersubjetiva e meio de transmissão da vida psíquica entre gerações. Concluímos o trabalho, problematizando o processo de transmissão psíquica na contemporaneidade, buscando articular contribuições da abordagem psicanalítica e da abordagem psicossocial.

Palavras-chave: Transmissão psíquico-geracional; Família; Psicanálise; Subjetivação.

A análise do conceito de transmissão psíquico-geracional coloca em pauta uma série de articulações teórico-psicanalíticas e, ao mesmo tempo, impõe-nos a tarefa de repensar as implicações dessa noção na contemporaneidade. O trabalho do psicanalista constitui-se num permanente vasculhar conceitos e idéias do legado freudiano, buscando revitalizá-los numa perspectiva mais contextualizada. Valendo-nos das inúmeras referências à idéia de

• Texto recebido em set./2004 e aprovado para publicação em nov./2004.

* Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, bolsista Prodoc/Capes no Projeto de Consolidação da Linha de Pesquisa "Família e casal: estudos psicossociais e psicoterapia" do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, e-mail: andream@psi.puc-rio.br.

** Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, pós-doutorado em Psicoterapia de Família e Casal pela Universidade de Paris V-Sorbonne, professora titular do Departamento de Psicologia da PUC-Rio; e-mail: teferca@psi.puc-rio.br.

transmissão e herança presentes na obra freudiana, realçamos as possibilidades de transformação inerentes ao ato de transmitir. Consideramos que o processo de subjetivação se dá com base em um investimento narcísico e em uma trama identificatória que é produto de uma herança geracional transmutada nas múltiplas interpenetrações subjetivas da trama familiar.

Baseando-nos no rastreamento dos desdobramentos do conceito de transmissão psíquica na obra freudiana, nas pesquisas desenvolvidas por Abraham e Torok na década de setenta e nas articulações realizadas sobretudo por psicanalistas de grupo e de família, propomo-nos a tarefa de tecer algumas considerações sobre a transmissão psíquico-geracional nos laços conjugais e familiares da contemporaneidade. Afinal, numa sociedade avassalada por um acelerado processo de mudanças, no qual as configurações e os arranjos familiares e conjugais são cada vez mais múltiplos e variados, as ligações afetivas tendem a ser pouco duradouras, e os investimentos, de grande risco, em que a instabilidade é um imperativo, o que se transmite e como se transmite?

TRANSMISSÃO PSÍQUICA NA OBRA FREUDIANA

Kaës (1993), um dos autores mais destacados nos estudos sobre a transmissão psíquico-geracional, ressalta a questão da precedência por um outro e por mais de um outro no processo de subjetivação e, com base na obra freudiana, evidencia a importância da intersubjetividade. Coloca-se a centralidade do espaço intersubjetivo e, mais especificamente, do espaço e do tempo geracional. O sujeito não é auto-engendrado, e o trabalho psíquico de constituição da subjetividade implica a metabolização da herança no confronto com o outro que transmite. A realidade psíquica é produzida pelo trabalho de perlaboração imposto pela transmissão. O sujeito se constitui oscilando entre momentos de autoprodução, de ilusão individual e momentos de engendramento recíproco, de ilusão grupal.

O autor aponta algumas das principais linhas de investigação e o interesse de Freud pelo conceito de transmissão. A primeira delas relaciona-se com a via psíquica da transmissão da neurose. Freud (1896) afirma que não é a hereditariedade que determina a escolha da neurose que se desenvolverá num membro de uma família predisposta, alertando para fatores relacionados à análise da história pessoal do sujeito adoecido psiquicamente. Ele faz referência ao efeito multiplicador da hereditariedade, comparando-o ao fio multiplicador no circuito elétrico, que aumenta o desvio visível da agulha, mas não determina especificamente sua direção. Do nosso ponto de vista, essa metáfora é interessante,

na medida em que alude às possibilidades de transformação do destino do sujeito. Caso contrário, estaríamos fadados a repetir desoladamente.

Outro ponto importante ressaltado é a idéia de que a transmissão foi pensada, na teoria freudiana, como um processo de escoamento fluídico. A transmissão ocorre como um fluxo, a energia é livre em seu deslocamento, carreando as representações. Contudo, a temporalidade da transmissão não é sempre linear e pode ser conservada por meio de traços. O tempo da transmissão pode ser circular, falhado ou intermitente. Os traços podem reter a memória de um afeto ou de uma representação e podem ter destinos próprios no inconsciente, mantendo-se vivos e produtivos apesar de recalçados (Kaës, 1993). Observamos que Freud nos fala de uma hereditariedade que se distingue da idéia corrente de genética tal como postulada hoje, relacionada a uma cadeia bioquímica, a um código genético. Ressaltamos, sobretudo, seu interesse pela genealogia, pela origem do psiquismo.

Ainda diretamente relacionada à transmissão psíquica da neurose, ressaltase a questão da transferência, que aponta para o reconhecimento da importância da base intersubjetiva da vida psíquica individual. Assim como a trama identificatória geracional viabiliza caminhos para a transmissão da neurose, no sentido mesmo de abrir vias, em razão de seu efeito multiplicador, é a relação transferencial que representa oportunidade de resgatar e transformar esse legado. São as modalidades transferenciais que favorecem a repetição e a revelação do lugar que o sujeito ocupa na transmissão. Com base na análise da transferência, é possível identificar o quanto o sujeito se coloca como herdeiro, beneficiário e servidor.

Em *Totem e tabu* (1912/13), Freud aponta as mais primitivas formas de transmissão da vida psíquica e faz a primeira distinção entre a transmissão por identificação aos modelos parentais e a transmissão genérica, constituída por traços da pré-história do sujeito, das gerações anteriores. Na pré-história, estão incluídos objetos perdidos, enlutados, enigmáticos, brutos, que por vezes não passaram por um processo de simbolização eficaz. Embora Freud assuma o caráter especulativo de suas teses filogenéticas, esse texto nos fornece pistas essenciais sobre o fundamento da herança psíquica humana (Kaës, 1993). Nesse sentido, ressaltamos a idéia de que o que se transmite e o que está no cerne da constituição subjetiva é o objeto perdido, enlutado, e que é a ilusão de reconstituição desse objeto que nos impõe o trabalho de elaboração psíquica.

Eiguer (1987, 1991) alerta, todavia, para a armadilha do conceito de luto. Devemos estar atentos com relação à redução do objeto de investimento, de identificação e de transmissão ao processo de luto. Há casos, como as pesquisas no campo da família indicam, em que o objeto de transgeração refere-se a situa-

ções de normalidade e tem função universalmente organizadora, de caráter estruturante. O mesmo pode ser evidenciado no caso das fantasias originárias, nas quais a mensagem filogenética é reavivada pela experiência infantil que reatualiza um traumatismo ocorrido na pré-história do sujeito. A cada nova geração, esses resíduos são evocados, reconquistados e transmitidos. Contudo, essa situação não equivale ao luto patológico.

A problematização da transmissão pode ser demarcada na obra freudiana de acordo com os seguintes territórios de investigação: a transmissão intrapsíquica, a transmissão intersubjetiva, a transmissão transpsíquica e a questão da formação do eu. A transmissão intrapsíquica é apresentada no texto “A interpretação dos sonhos” (1900), que revela os caminhos e meios de transporte ou translação dos conteúdos psíquicos. Discute-se desde a passagem da vigília para o sonho, do material do Inconsciente para outras instâncias e vice-versa, dos pensamentos latentes para o relato manifesto, o trabalho de transformação desses conteúdos e assim por diante. O processo onírico e a análise do material nele produzido se dá, sobretudo, graças às formações intermediárias, que estabelecem ligações e separações entre as formações intrapsíquicas. As formações intermediárias, o sonho, os processos associativos de modo geral e as representações constituem-se como objetos e vetores de transmissão (Kaës, 1993).

A realidade intersubjetiva refere-se às localizações correlativas dos sujeitos em suas relações imaginárias, simbólicas e reais. Distingue-se da realidade intrapsíquica que é referida às relações entre os aparelhos psíquicos. A intersubjetividade origina-se no espaço das trocas familiares, que precedem o sujeito e o constituem. O espaço das trocas familiares é estruturado por uma lei constitutiva que regula diferenças e complementaridades entre os sujeitos. Portanto, o espaço das trocas familiares é uma realidade intersubjetiva que, ao mesmo tempo, antecede o sujeito e é alterada por ele. Nesse sentido, a transmissão intersubjetiva é inaugurada no grupo primário, grupo familiar, e tem como objetivo garantir o espaço de intercâmbio, os vínculos, os investimentos narcísicos e ainda a promoção de separação e individuação. Coloca-se, baseando-se nessa dupla exigência, uma missão paradoxal. A transmissão intersubjetiva deve promover vinculação e desvinculação.

O conjunto intersubjetivo apresenta o sujeito aos interditos fundamentais e fornece possibilidade de representação e comunicação entre seus membros. É nesse campo que ocorrem as identificações e se constituem as estruturas psíquicas básicas do eu e do supereu. As relações de desejo e interdição entre os sujeitos e as diferenças sexuais e geracionais são reguladas pelo complexo de Édipo. O conjunto intersubjetivo não se limita ao grupo primário, embora tenha nele sua origem, mas pode se configurar em outros grupos que mantêm in-

vestimento afetivo intenso, como é o caso do grupo terapêutico, do grupo casal e outros.

A transmissão transpsíquica é aquela que não possibilita o resgate transformador do legado transmitido, na medida em que o outro não faz oposição ao sujeito. Há aqui uma distinção entre transmitir por meio do sujeito e entre os sujeitos. No caso da transmissão transpsíquica, os obstáculos colocados na intersubjetividade são atravessados, negados ou não reconhecidos. Os limites dos espaços subjetivos são eliminados, e os imperativos narcísicos dominam a transmissão. Transmitir passa a ser uma missão destrutiva, suicida, uma vez que ocorre à custa da submissão ou até da aniquilação do sujeito singular. Em alguns trabalhos sobre hipnose, indução, sugestão e contágio, Freud apontara esse tipo de fenômeno invasivo.

Kaës (1993) também ressaltou a questão da formação do eu como uma das linhas de investigação da transmissão na obra freudiana na medida em que faz convergir todos os esforços investigativos nesse campo. Afinal, o eu é a instância psíquica solicitada na transmissão, operando como intermediário e responsável pela manutenção dos limites subjetivos. Funciona como um filtro que articula mundo interno e mundo externo. A transmissão necessita dessa filtragem e regulação. A transmissão transpsíquica ocorre quando falha essa filtragem do eu, e o que é transmitido não pode ser apropriado pelo sujeito e transmutado. Isso é o que ocorre nos fenômenos de massa, em que o contágio enfraquece as barreiras do eu, e as identificações comuns e mútuas levam os sujeitos a perder seus limites e a confundir-se uns com os outros, plasmando-se. Nesses casos, no fluxo da transmissão, o afeto é o traço que se transmite, e o eu é o aparelho que falha.

Também em *Totem e tabu* (1912-13), Freud aponta duas formas centrais de transmissão: uma delas passa pela cultura e pela tradição; a outra, pela parte orgânica da vida psíquica das gerações. Não fica claro até que ponto se refere a idéias inatas ou fixadas pela cultura. A idéia que marca esse texto é a da existência de uma hereditariedade psicofilogenética. Em *O ego e o id* (1923), o inconsciente hereditário é apontado como parte dessas aquisições da humanidade, dos legados geracionais e arcaicos. Contudo, fica claro que as disposições psíquicas herdadas necessitam de estimulação, de experiências reais de vida, para que seu funcionamento seja atualizado. Essa idéia vem ao encontro das concepções mais modernas de epigênese que ressaltam a importância da intersubjetividade na ativação de estruturas potenciais em bebês. As pesquisas de Spitz (1965) com bebês já evidenciavam o quanto estruturas inatas são moduladas pela estimulação do ambiente e das trocas emocionais intersubjetivas. E, mais recentemente, os estudos dos neurocientistas têm apontado nessa direção.

De toda forma, entende-se que a transmissão, seja pela via da cultura, seja pela via orgânica, necessita de intermediários. A noção de intermediário implica o processo de filtragem e regulação dos conteúdos transmitidos. É necessário metabolizar o material transmitido. Na realidade intrapsíquica, a instância responsável por essa metabolização é o eu. Contudo, é a realidade intersubjetiva que favorecerá e estimulará esse processo por meio das trocas subjetivas e, sobretudo, pelas identificações. Quando a mediação e a metabolização dos conteúdos transmitidos falham, o sujeito realiza a incorporação desses conteúdos, mas não os articula na trama identificatória. Então, o sujeito se forma ou se estabelece ou se organiza num processo falhado e engessado, mantendo na sua constituição identitária elementos que não são apropriados. Na clínica, esse tipo de organização subjetiva pode expressar-se por meio de sentimentos de estranhamento relativos à sua história e às suas marcas. O sujeito torna-se alienado de sua própria subjetividade.

É na clínica, sobretudo por meio do dispositivo psicanalítico da transferência, que podemos resgatar, ressignificar e favorecer a reapropriação do que foi transmitido. A análise da transferência permite revelar o lugar que o sujeito ocupa nos processos de transmissão. A história psicosssexual do sujeito e seus desdobramentos configuram a organização do lugar por ele ocupado e o seu papel na cadeia geracional.

FAMÍLIA E INTERMEDIAÇÃO

Considerando a família como a matriz intersubjetiva fundadora da vida psíquica e meio de transmissão da vida psíquica entre gerações, os estudiosos da psicoterapia familiar psicanalítica debruçaram-se sobre a investigação da problemática da transmissão. Kaës (1997) ressalta que a família apresenta um duplo eixo estruturante: o eixo horizontal, o qual oferece suporte ao sujeito por meio das identificações mútuas com seus semelhantes, e o eixo vertical, da filiação e das afiliações, que inscrevem o sujeito na sucessão de movimentos de vida e de morte no percurso das gerações. Com base nessa visão, a terapia familiar psicanalítica tem como objetivo evidenciar a forma de pertencimento e de vinculação dos sujeitos no grupo familiar e os mecanismos de vinculação do grupo como um todo.

A inscrição do sujeito na geração e na intersubjetividade implica um trabalho psíquico intenso que é, em linhas gerais, o próprio trabalho de subjetivação. Consideramos que o trabalho de subjetivação se faz na intersubjetividade, e que a família é o primeiro grupo a ser delineado no movimento de diferencia-

ção-nascimento do sujeito. Valendo-nos dessa visão, destacamos a psicoterapia familiar psicanalítica como dispositivo privilegiado para a investigação do processo de subjetivação.

Granjon (1989) ressaltou a função e a importância da presença do analista na terapia familiar psicanalítica, na medida em que esse é introduzido como terceiro na estrutura do vínculo intersubjetivo. O trabalho analítico com o grupo familiar revela as inúmeras imbricações da transmissão geracional, e o analista provoca essa revelação porque se dispõe a sustentar a heterogeneidade que lhe é conferida pela função de terceiro. A escuta da família deve propiciar, ao mesmo tempo, a elucidação da trama intersubjetiva ou transubjetiva e a enunciação do discurso singular de cada membro da família.

Os psicanalistas que trabalham com famílias são os que mais realçam a vertente organizadora da transmissão psíquico-geracional. A mensagem transmitida é designadora de sentido, deriva do investimento parental e veicula a interdição. Ao receber toda a família e ao escutar o casal, o analista tem a possibilidade de analisar o papel de cada um na transmissão do legado geracional, os entrecruzamentos de representações de objeto e os afetos mobilizados, por meio da investigação das genealogias dos parceiros.

Eiguer (1997) destaca que há uma lógica particular e, muitas vezes, uma complementaridade entre as representações ancestrais de cada cônjuge. A escolha do objeto ocorre de acordo com duas tendências básicas: o parceiro remete ao que lhe é mais distante (escolha exogâmica) e o parceiro remete ao que está mais próximo (escolha endogâmica). O autor alerta que a atração que a representação da transgeração exerce entre os parceiros é, muitas vezes, desconhecida, e que o caráter fundador da família, representado pelo vínculo casal, justifica uma análise mais acurada dos aspectos geracionais implicados na escolha amorosa.

O autor faz alusão à imagem da cena primitiva, ressaltando a função do casal como matriz de prazer que tece outros vínculos, demarcando diferenças e, baseando-se na concepção da criança, dando origem à família. O casal vai intermediar e veicular o modelo de parentesco, ordenando prescrições, rejeições e designando o lugar de cada membro da família. O modelo do parentesco vai modular os projetos de vida e a organização superegóica individual dos membros da família. O que é resgatado, então, na terapia familiar psicanalítica não é somente uma história e os seus elos, mas também o conjunto de representações dessa história no inconsciente e suas influências para a construção dos possíveis caminhos subjetivos.

Por vezes, a revelação de segredos familiares, ao longo da terapia, possibilita uma desobstrução desses caminhos e um retercer da trama intersubjetiva. Nico-

las Abraham e Maria Torok colaboraram com a pesquisa psicanalítica, evidenciando, por meio de estudos teórico-clínicos, os efeitos dos segredos familiares que atravessam gerações, assombrando e parasitando o psiquismo dos sujeitos. Esses autores desenvolveram conceitos-chave para a compreensão do trauma. Eles ampliaram a questão da projeção-introjeção e chamaram a atenção para a relação introjeção-incorporação, com base em estudos de Ferenczi (1908/33). A incorporação é descrita por esses autores como uma introjeção fracassada, baseada num modelo arcaico de ingestão. O objeto incorporado ocupa o lugar do objeto perdido, e o sujeito, em vez de se beneficiar com o enriquecimento e a ampliação do “eu”, passa a operar múltiplas repetições decorrentes de um luto não elaborado (Abraham & Torok, 1995).

Eiguer (1997) contribui significativamente com a discussão sobre a transmissão psíquico-geracional, explorando o conceito de objeto de transmissão. O autor enfatiza que o que se transmite são representações de objetos e que o objeto da transmissão psíquica entre gerações apresenta a peculiaridade de se colocar como objeto de um outro e, ao mesmo tempo, como objeto direto da descarga pulsional. O objeto de investimento é intermediado por outro sujeito que também já o investiu e o erotizou anteriormente. Essa colocação corrobora nossa proposição de que é esse investimento antecipado que dá sustentação ao processo de subjetivação.

É amplamente reconhecido, na teoria psicanalítica, que o psiquismo do bebê desenvolve-se pelo investimento da mãe, que é a intermediária na transformação de excitação em sensação e de percepção em simbolização. O que não fora investigado, anteriormente, pelos psicanalistas da clínica individual e que a psicanálise de família evidenciou foi o trabalho de investimento e de transformação que as representações de objeto sofrem ao longo das gerações, ou seja, as vicissitudes da transmissão. Esse elo geracional pode ser utilizado como ferramenta importante no resgate simbólico da subjetividade.

Muitas vezes, nas situações de intenso sofrimento psíquico associado a uma proibição do conhecimento na família, os analistas falam de problemas na capacidade de representação e do irrepresentável. Eiguer (1997) acentua que os conteúdos irrepresentáveis derivam de um desinvestimento materno que não é absoluto. Haveria uma corrente subterrânea potentemente investida aguardando a intermediação que a faça surgir. O papel do analista, nesses casos, é o de estabelecer essa intermediação por meio do dispositivo da transferência. “Em algum lugar, uma representação-coisa busca exprimir-se, encontrar um autor-analista, mas ela não é, contudo, inativa. Eu diria mesmo que ela exerce uma atração segura” (Eiguer, 1997, p. 29).

A proibição de conhecer atinge a função de intermediação na família e dá

origem a diferentes tipos de configuração familiar, de acordo com os mecanismos de ocultação utilizados e com o investimento afetivo mobilizado. Há casos em que a vergonha veiculada pelos objetos de transmissão, nas famílias narcísicas, é corporificada por um ou mais membros psicóticos; casos em que a culpabilidade e a idealização se manifestam nos lutos prolongados; casos em que a transmissão dá origem a sentimentos e conflitos tipicamente edipianos em famílias neuróticas; casos em que o elogio à transgressão é transmitido e manifesto por meio de arranjos familiares perversos.

Por outro lado, quando o conhecimento se dá por meio de uma fantasia criadora, a fantasia de transmissão viabiliza o processo de reinvenção subjetiva. Nesses casos, a transmissão não é bruta, traumática, e sim transicional. Kaës (1994) ressalta que o jogo transicional torna possível criar um Eu metafórico, em que os elementos da história do sujeito que lhe são transmitidos são recriados por ele. Cabe à família intermediar esse espaço de transmissão geracional subjetivante e, quando essa função falha, cabe ao analista investir no resgate do potencial de subjetivação da família. Para que esse trabalho seja realizado, é necessário fazer oscilar entre a intergeração e a transgeração.

A herança intergeração é baseada em vivências psíquicas elaboradas (fantasias, imagos, identificações), na narração mítica familiar que fornece elementos para a história familiar individual neurótica. A herança transgeração é baseada nos elementos brutos, não elaborados, na história lacunar, traumática e, por ser composta de material não elaborado, cria obstáculos ao processo de apropriação (Granjon, 2000). A oscilação entre esses dois tipos de herança permite ao analista exercer a função integradora. Por meio da disponibilidade de um ambiente facilitador, o analista viabiliza o resgate do potencial estruturante da família.

TRANSMITINDO HOJE

O desvelamento dos elos da cadeia geracional e das posições ocupadas pelos familiares uns em relação aos outros, posições essas cambiáveis e múltiplas, permite ao sujeito não somente a apropriação de seu lugar na transmissão, mas também a relativização de sua missão. Falamos de relativização com a intenção, sobretudo, de restituir o valor simbólico da missão, o valor de compromisso com o grupo familiar e com a humanidade, e não o peso mortal da missão desconhecida e, portanto, fadada ao fracasso, missão impossível.

Consideramos que a investigação sobre os processos de transmissão geracional, indicada na obra de Freud em vários momentos e mais recentemente

abraçada pelos psicanalistas de família, pode oferecer recursos valiosos para a compreensão dos processos de subjetivação na contemporaneidade. Fala-se de um processo de dessimbolização que afeta o sujeito contemporâneo, de falta de referências estáveis, de ausência de figuras de lei, de desvinculação, de rupturas e de descontrole. Entendemos que a investigação da transmissão psíquico-geracional pode ser valiosa para a compreensão de como o sujeito contemporâneo está metabolizando o que lhe é legado e como essa metabolização está atuando nos processos de subjetivação.

Giddens (2003), ao estudar os relacionamentos no casamento e na família, alerta para os impactos da revolução global em curso no modo como nos percebemos e no modo como formamos laços e ligações com os outros. Na família contemporânea, travam-se batalhas entre a tradição e a modernidade e, ainda, há profunda nostalgia em torno do santuário perdido da família. O autor realça a origem latina do termo tradição, *tradere*, que significa transmitir algo em confiança. No contexto do direito romano e das leis de herança, o herdeiro que recebia uma propriedade tinha a obrigação de protegê-la e promovê-la, passando esse legado de uma geração para outra. A tradição é, portanto, continuamente reinventada no processo de transmissão.

No processo de modernização e sob o impacto da globalização, a sociedade cosmopolita vem-se libertando do poder da tradição. Giddens (2003) refere-se a uma sociedade que vive após o fim da natureza, na qual poucos aspectos do mundo físico permanecem naturais, livres da intervenção humana. A tradição passa a ser esvaziada de seu conteúdo, e a indústria da herança processa seus legados e comercializa-os segundo a lógica do espetáculo e do consumo.

A metabolização dos legados e a transformação promovida pelo contato com o mundo intersubjetivo que ultrapassa a família e, ao mesmo tempo, é absorvido por ela continuam se processando, embora alteradas pelo confronto contemporâneo entre tradição e modernização. Alguns dos pilares de sustentação da transmissão geracional, como a autoridade paterna reconhecida e legitimada pelo sociocultural, tem sido questionada, relativizada e enfraquecida. Na sociedade democrática contemporânea, a autoridade dos pais necessita de um contrato implícito de respeito mútuo entre os familiares. Contudo, quando as instituições sociais passam a ser menos estáveis, mais frágeis e temporárias, os elos que unem os sujeitos muitas vezes não se constituem fortes o suficiente para a manutenção de compromissos, de acordos mútuos.

Roudinesco (2003) aponta que a família ocidental contemporânea parece pervertida em sua função de célula mater da sociedade e atingida em sua função de transmissão de valores. Dentre os receios da atualidade, destacam-se o fim do pai, o naufrágio da autoridade, o poder ilimitado materno e a ameaça de clonagem, extinção da diferença.

A autora nos fala de núcleos de resistência ao processo de esfacelamento do tecido social, apontando o surgimento de movimentos em busca de normatização, o surgimento de um desejo de normalizar – como exemplo dessa busca de normatização, aponta o movimento de homossexuais que reivindicam o direito ao casamento, à adoção e à procriação assistida. A autora refere-se à substituição de uma família autoritária de outrora por uma família mutilada de hoje, na qual destaca o enfraquecimento do poder paterno, dos laços de aliança e de reciprocidade. Contudo, as modificações na família e as inúmeras configurações por ela assumidas não impedem que essa instituição ainda seja “reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar” (Roudinesco, 2003, p. 198). A autora conclui, ainda, que a família tem condições de se tornar um lugar de resistência à tribalização orgânica da sociedade globalizada.

Giddens (2003) refere-se a movimentos fundamentalistas discutindo a desconstrução de certa ordem social e simbólica e os movimentos de resistência surgidos nesse contexto. O fundamentalismo é considerado como defesa da tradição e não relacionado ao contexto das crenças religiosas. O fundamentalismo é visto como a defesa da tradição de modo habitual, uma recusa ao diálogo e um retorno à literalidade dos textos ou escrituras básicos. Podemos pensar nos movimentos fundamentalistas como retorno do recalcado, tentativa violenta de resgate das identidades e da tradição. Quando falham as estruturas de intermediação, resta a lei autocrática, violenta e literal.

A família encontra-se atingida em sua função essencial de transmitir a interdição. E, na medida em que os laços tornam-se frouxos, a função de intermediação familiar, necessária à transmissão, passa a deteriorar-se. A partir daí, como podemos pensar a apropriação dos legados subjetivantes? Enfatizamos que não pretendemos reiterar o discurso nostálgico em nome do resgate da família de outrora. Pretendemos chamar a atenção para o papel da análise desses novos laços e da sua importância nos processos de transmissão-subjetivação.

Ademais, observamos a existência de outras fontes significativas de solidariedade que podem auxiliar na tecitura dos caminhos da transmissão. Talvez a construção de uma noção de família mais ampla e inclusiva possa ser útil nesse sentido. Pensamos nas novas redes de solidariedade que se formam na contemporaneidade, baseadas em laços de afinidade e não mais apenas em laços de parentesco ou laços hierárquicos. A nova família é globalizada, mas é também uma família com núcleos de afinidade específicos, investidos afetivamente. O que nos preocupa é a sustentação com base nos ideais, por vezes temporários e não enunciados. A transmissão necessita de investimento afetivo para ser operada, e esse investimento tem suporte, em última análise, nos ideais.

Em trabalhos anteriores (Féres-Carneiro & Magalhães, 2001; Magalhães &

Féres-Carneiro, 2003), discutimos o papel dos ideais no processo de produção das subjetividades dos parceiros, no laço conjugal. Os ideais impulsionam a transformação da subjetividade graças à promessa ilusória que incorporam de retorno ao estado de completude. Os ideais resultam de uma articulação entre experiências precoces prazerosas e possíveis substitutos no presente, de acordo com o princípio da realidade. Na família eles representam origem e objetivo do processo de transmissão. Para transmitir, é necessário ter ideais a atingir, ter uma missão a cumprir.

O trabalho com famílias tem-nos mostrado o quanto essa fragilidade nos ideais familiares e coletivos tem afetado os processos de transmissão. Quando não há investimento nesses ideais que são transmitidos e introjetados via identificação, via função paterna, não há como a família dar suporte ao trabalho de apropriação subjetiva. Algumas famílias chegam aos consultórios solicitando que identifiquemos e que tratemos não somente o sofrimento psíquico, como também que enunciemos o sentido mais amplo de sua existência, como se vivenciassem um vácuo de sentido.

Ressaltamos, com base nessa discussão, a importância da compreensão dos processos de transmissão geracional para o conhecimento da nova trama social e de seus efeitos na constituição da subjetividade contemporânea. Consideramos que, permanentemente afetada pelo acelerado processo de transformação da sociedade, a família continua operando como importante agente de recriação das subjetividades e como suporte para a metabolização desse processo.

Abstract

This article discusses the concept of intergenerational psychic transmission and its importance to an understanding of the available current views on the process of subjectivation. The concept of psychic transmission in Freud's work is analysed and, with basis on the family psychoanalytic literature, the role of the family as an intermediary in the transmission process is emphasized. The family is considered both an intersubjective matrix and the means by which psychic life is transmitted between generations. Finally, the psychic transmission process in the contemporary world is further discussed so that concepts of psychoanalytical and psychosocial theories are articulated.

Key words: Intergenerational psychic transmission; Family; Psychoanalysis; Subjectivation.

Referências

- Abraham, W. & Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Eiguer, A. (1995). *O parentesco fantasmático: transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Eiguer, A. (1991). *La folie de narcissse*. La double conflictualité psychique. Dunod: Paris.
- Eiguer, A. (1998). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco.
- Ferenczi, S. (1990). *Psychanalyse: journal clinique*. Balint M. (Ed.). Paris: Payot.
- Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2001). Retour de la conjugalité sur la subjectivité des partenaires: une question pour la clinique psychanalytique du couple. *Generations*, 23, 43-46.
- Freud, S. (1974). *Hereditariedade e a etiologia das neuroses*. E. S. B. Vol. III.
- Freud, S. (1900). *A interpretação dos sonhos*. In: E. S. B. Vol. V.
- Freud, S. (1912/13). *Totem e tabu*. In: E. S. B. Vol. XIII.
- Freud, S. (1921). *Psicologia de grupo e análise do ego*. In: E. S. B. Vol. XVIII.
- Freud, S. (1923). *O ego e o id*. In: E. S. B. Vol. XIX.
- Giddens, A. (2003). *Mundo em descontrolo*. Rio de Janeiro: Record.
- Granjon, E. (1989). Transmission psychique et transfert en thérapie familiale psychanalytique. *Gruppo*, 5, 47-58.
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: Ruiz, O. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Kaës, R. (1993). *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris: Dunod.
- Kaës, R. (1994). Thérapie familiale analytique ou psychothérapie psychanalytique de la famille (en situation de groupes)? Questions. *Revue de Psychothérapie Psychanalytiques de Groupe*, 22, 9-14.
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: Eiguer, A. (Org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco.
- Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2003). A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do “eu”. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 176, 41-50.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Spitz, R. (1993). *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. São Paulo: Martins Fontes.